

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GEOGRAFIA NAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Carolina dos Santos Camargos¹

¹ Mestranda em Ambiente e Sociedade, UEG – Campus Morrinhos

Resumo: A noção de desenvolvimento de uma nação está fortemente atrelada à ideia de consumo e crescimento econômico. É nesta óptica se insere a Educação Ambiental. Com o objetivo de compreender as potencialidades desse ramo da educação, como ferramenta auxiliar na construção de hábitos sustentáveis dos alunos do Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos em Ituiutaba – MG, este trabalho foi desenvolvido. Foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: levantamento do histórico da Educação de Jovens e Adultos no município, a partir de pesquisas presenciais na Superintendência Regional de Ensino – SRE, resgate e análise da história da disciplina de Educação Ambiental como parte curricular da Educação de Jovens e adultos no Ensino Médio (nas escolas que ofertam essa modalidade de ensino). Foi concluído que a Educação Ambiental é trabalhada somente como tema transversal.

Palavras chave: Educação Ambiental, Geografia, Educação de Jovens e Adultos.

1. Introdução

A noção de desenvolvimento de uma nação, ou mesmo município ainda está fortemente atrelada à ideia de crescimento econômico e, juntamente a este, ao de urbanização e canalização de cursos d'água. A degradação ambiental decorrente desta mentalidade é desencadeada ou intensificada a partir de diferentes modos de apropriação dos recursos naturais e consequentes mudanças no uso do solo, como por exemplo (i) o desflorestamento e a modificação de habitats naturais; (ii) a ampliação e intensificação das atividades agrícolas e pecuárias; (iii) a irrigação e posterior construção de represas, alterando os ciclos hidrológicos; (iv) a construção de estradas ampliando e intensificando a mobilidade e o acesso às diferentes áreas e regiões; (v) as atividades de extração e mineração de recursos naturais renováveis e não renováveis; (vi) o crescimento das cidades e a concentração populacional nos ambientes urbanos e; (vii) a produção de bens industriais e suas formas de apropriação de energia, matéria prima e produção de resíduos (FREITAS; PORTO, 2010).

Esses processos vieram acompanhados de desigualdades sociais e econômicas, o que contribuiu para o aparecimento de problemas climáticos principalmente em micro e meso escala, perda da biodiversidade incluindo a fauna e flora e a depredação e poluição dos recursos naturais. E, atualmente, os problemas que se fazem sentir na sociedade contemporânea vão desde a diminuição na quantidade e, o que é pouco falado, na escassez da qualidade de água doce disponível para consumo humano, ao colapso no setor energético, o qual dispõe de um modelo obsoleto para o momento social em que nos encontramos. Essas problemáticas

encontram-se associadas à cultura do desperdício e consumismo que vem se arrastando com o modo de produção capitalista.

Esses problemas sociais atrelados aos recursos naturais e uma gestão ambiental deficiente têm sido alvo de diversas discussões, principalmente no início do ano de 2015. O momento de vigília e alarme tem como suporte o forte papel da mídia, principalmente a televisiva e impressa, com o auxílio de especialistas que tentam explicar o momento em curso e sensibilizar a população a adotar hábitos conscientes.

Não obstante o modelo energético do Brasil pautado nas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e em um agronegócio com técnicas de irrigação pouco sofisticadas, ou seja, um modelo econômico baseado no uso inconsequente de recursos naturais, a população se mostra pouco consciente sobre seu papel ativo na busca por um ambiente de maior harmonia.

Traçando, portanto, não mais um cenário futuro, mas sim conscientes do cenário presente é que devemos mudar com urgência nossos hábitos. E, nesta óptica se insere a Educação Ambiental, EA, com respaldo na Política Nacional do Meio Ambiente, a qual, em seu Art. 1º destaca que:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nota-se que a temática ambiental está frequentemente acompanhada de expressões como preservação, desenvolvimento ambiental e sustentabilidade, que enfatizam a sua importância para a sociedade. E, apesar da crescente conscientização pública sobre a degradação ambiental, problemas ecológicos locais, regionais e globais continuam crescendo. Por isso faz-se necessário pensar estratégias que atinjam diretamente a sociedade, considerando-se que esta pode influenciar positivamente neste (des)arranjo ambiental. A EA surge então como um processo educativo, de formação da cidadania ecológica, a qual considera imprescindível uma mudança de hábitos e costumes para preservar e conservar, mas principalmente educar.

Considerando que os alunos do ensino médio, especificamente do EJA, são compostos por estudantes já adultos, estes trazem conceitos pré-estabelecidos ou mesmo formulados sobre a realidade vivenciada. Consequentemente, além de estudantes, esses alunos também são formadores de opinião já que uma grande maioria está inserida no mercado de trabalho e possui filhos. Ou seja, constituem-se como agentes sociais, os quais devem ser compreendidos para além dos muros escolares, pois sua percepção de mundo está intimamente

associada ao seu estilo de vida social. Conforme Alves & Cardoso (2010) o ensino EJA possui particularidades que o dissociam do ensino regular e, por isso, é preciso se aproximar desses estudantes, conhecendo sua realidade e história de vida para reconhecer sua condição sócio espacial.

Partindo do princípio de que os estudantes da EJA pertencem à classes sociais em situação de vulnerabilidade social e ambiental, em função do preconceito e das desigualdades econômicas na sociedade, a presente pesquisa também tem uma abordagem para além do ecológico, alcançando a esfera social. Desta forma, o presente trabalho se justifica por apresentar um diálogo entre a universidade/comunidade na compreensão da Educação Ambiental capaz de auxiliar na construção de hábitos com princípios sustentáveis.

2. Objetivos

Compreender a potencialidade da Educação Ambiental como ferramenta auxiliar na construção de hábitos sustentáveis dos alunos do Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos em Ituiutaba – MG.

Objetivos Específicos

- Analisar o processo de construção da Educação de Jovens e Adultos nas escolas da cidade de Ituiutaba;
- Avaliar o ensino da Educação Ambiental nas escolas sob a luz da legislação;
- Verificar o perfil social dos alunos que atendem à modalidade de ensino EJA;

3. Referencial Teórico

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil surgiu com a proposta de erradicar o analfabetismo, visto na época como uma “chaga”, uma doença, e não como um problema social. Mas no período pós-Segunda Guerra Mundial, que segundo Vanilda Pereira Paiva (1970), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi integrada à educação chamada popular, isto é, uma educação para o povo, que significava difusão do ensino elementar.

A história da EJA se desenvolve de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas para erradicar o analfabetismo. Em 1958, foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos onde surgiu a ideia de um programa permanente para enfrentar o analfabetismo. Surgiu o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, idealizado por Paulo Freire. É difícil não mencionar também a importante contribuição dos movimentos sociais, como os Centros Populares de Cultura e o Movimento de Educação de Base, criados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil),

em 1961. Em 1964, todos foram extintos pelo Golpe de Estado. Os militares retornaram à concepção de analfabetismo como “chaga” e criaram o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com princípios opostos aos de Paulo Freire. Já em 1989, com a reabertura política, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, que foi responsável por elaborar as diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização a longo prazo e que continuam até os dias atuais.

Já com a abertura política, a sociedade se reorganizou, retomando a discussão a respeito da EJA. Foram estabelecidas leis que regulamentavam e asseguravam o direito à educação daquela população que não teve a chance de cursá-la na idade regular.

Mesmo após a promulgação, em 1996, da nova Lei de diretrizes e Bases da Educação, nº 9394, a cultura escolar brasileira ainda estava arraigada à concepção compensatória de educação de jovens e adultos. Ao focalizar para a falta de conhecimento escolar e experiência desse público, essa concepção compensatória nutre o preconceito e subestima os alunos da EJA, ao negar suas visões de mundo adquiridas no convívio social e no trabalho.

Ainda de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (1996), a EJA estava destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade ideal. Seja por motivos familiares, desistência ou evasão, e também pela necessidade de se buscar um trabalho precocemente. É tratada de forma específica na Seção V, nos seguintes artigos:

Art. 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

§ 1- no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

De acordo com Cury (2000, p.5):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada, para com os que não tiveram acesso a ela e nem domínio da escrita e da leitura como bens sociais na escola, ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na

constituição de riquezas e na elevação de obras públicas”. A EJA surge, então, como uma espécie de educação reparadora para a inserção desses jovens em atividades culturais, políticas, sociais e econômicas.

Segundo Binz (1993, p.17), “a aprendizagem do aluno se estabelece a partir da relação do conteúdo trabalhado pelo professor com aproveitamento deste conteúdo na sua vida prática...”. Ou seja, o professor precisa ter a habilidade de ensinar o conteúdo baseando sempre na realidade do aluno. O caso da Geografia é ainda marcante no sentido de fazer com que o aluno se interesse pela disciplina, tendo a consciência de aprender e não decorar.

Atualmente, há um intenso movimento de jovens e adultos que retornam à escola. Quem não teve oportunidade de estudar na idade apropriada, ou, por algum motivo, abandonou a escola antes de terminar a educação básica, está voltando às instituições de ensino para completar os estudos. As pessoas que não sabem ler e escrever pretendem ser alfabetizadas, enquanto os que já possuem essas habilidades, desejam adquirir outros saberes e o diploma, para que possam ter melhores oportunidades no mercado de trabalho, além de se sentirem cidadãos responsáveis pelos destinos do país”. Um dos grandes desafios da EJA, tem sido garantir a presença do adulto na escola; são elevadas as taxas de evasão (menos de 30% concluem os cursos), (GENTILE, 2003). Assim, a EA, surge como uma aliada à essa tarefa, associada à construção da consciência socioambiental na formação desses sujeitos.

Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereciam maior atenção, são muitos. (MOURA, 2008).

3.1. A Educação Ambiental no Brasil

A história da Educação Ambiental no país, para alguns especialistas iniciou-se a partir de 1997. Dois grandes acontecimentos foram primordiais para entender a atenção do tema. O primeiro foi a comemoração dos vinte anos de realização da Conferência de Tbilisi. Ela foi promovida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em 1977, na Geórgia, ex-União Soviética. Ela deu origem a um documento final que é a base para a moderna visão da Educação Ambiental.

Era o momento também de avaliar a Rio 92, outra Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Foi nela em que foi finalizado o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Uma referência para a EA no Brasil. Dois anos mais tarde, foi promulgada no país a Lei Nº 9.795,

de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e explica que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Dessa maneira, nota-se o papel primordial da escola, como precursora da EA, formando e dissipando conhecimento em parceria com a comunidade, como exemplificado no Artigo 8º da Constituição: “As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar.”

Essas atividades estão divididas em quatro linhas principais. São elas: i) capacitação dos recursos humanos; ii) desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; iii) produção e divulgação de material educativo; iv) acompanhamento e avaliação. Essas linhas são indispensáveis à associação da EA com os alunos da EJA.

A escola representa um espaço fundamental para se romper paradigmas, fortalecer as bases de formação do indivíduo, rompendo traços de dominação e enfrentando barreiras. É nesse contexto que as reflexões acerca da temática ambiental devem ser inseridas. Somente um tema transversal como esse, é capaz de modificar os valores entre a sociedade e o meio em que está inserida.

O trabalho com educação ambiental na educação de jovens e adultos vai além da transferência de conceitos. Deve-se à interdisciplinaridade das diversas áreas educacionais, onde o educador procura aplicar a suas atividades valores, tais como o respeito mútuo, a participação, a coletividade e o comprometimento. E levar aos alunos que tardiamente ingressaram no mundo escolar, novas visões sobre a relação ensino-aprendizagem, facilitará e muito a sua compreensão em relação aos direitos e deveres de cada cidadão frente ao contexto socioambiental.

3.2. O cotidiano do aluno trabalhador

A vida do aluno trabalhador, é marcada em sua maioria, pelo precoce ingresso no mercado de trabalho, para sua própria subsistência e de sua família; por uma extensa jornada e baixo rendimento. O trabalho é necessário para esses alunos. O que evidencia uma jornada laboral cada vez mais produtiva, precarizando o trabalhador em um ciclo em que a produção é essencial.

A realidade desse aluno é traçada entre a compatibilidade do trabalho e estudo. Sendo a necessidade do trabalho responsável pela sua permanência na escola. A opção por essas duas atividades, leva esses alunos a se transferirem para a escola noturna. Tal mudança de turno faz com que esses estudantes administrem o seu tempo de maneira diferente, abdicuem ou reduzam seu tempo de lazer/diversão.

A importância do trabalho é notória já que, apesar dos alunos serem de escola pública, despesas com transporte, material escolar, uniforme e alimentação são custeadas por eles mesmos. A família não dispõe de subsídios para realizar tal empreendimento. Como trabalham durante o dia e estudam a noite, esses alunos trabalhadores encontram muitas barreiras para se manterem frequentando as aulas. São elas: pouco espaço de tempo entre o horário de saída do trabalho e o início das aulas; cansaço extremo; no caso das mulheres: falta de companhia para os filhos, quando estiverem na aula; material didático ineficiente para as exigências deste público; ausência de professores; e em alguns casos, violência noturna no horário de entrada e saída. Todas essas dificuldades em conjunto, aliadas à percepção de que a formação que recebem não têm sentido. Se não conseguem obter êxito no aprendizado, muitas vezes, os alunos priorizam o trabalho e abandonam os estudos.

Outro fator que norteia esse aluno trabalhador é o fato de ele buscar também no ensino noturno, uma escola “facilitadora”. Seja por seu histórico de insucesso no período diurno, ele busca na escola um caminho mais fácil para obter a certificação para permanecer ou ingressar no mercado de trabalho.

O período noturno, portanto, é reservado ao aluno que trabalha, sendo essa a maior diferenciação entre os períodos. Mas essa “atenção especial” que, no entanto, não evita a exclusão do aluno, pois parece ser este, afinal, o sentido último das reprovações contínuas, encobre e revela uma atitude discriminatória (CARVALHO, 1997, p. 55-57)

Nesse sentido, a função social da escola de transmitir o conhecimento acumulado ao longo da história, deve ser reavaliada e/ou repensada. O ensino que é proposto no PPP (Projeto Político Pedagógico) está longe de ser executado na realidade. Por não possuir estrutura física e humana que atenda às reais necessidades desses estudantes, a instituição escolar se afirma em, muitas vezes, como autoritária, carente e despreparada. Apenas assume e cumpre suas funções de manter a ordem estabelecida na sociedade. Essa escola precisa ser superada e atuar como espaço de reflexão de cunho histórico e social, articulando a realidade do aluno ao trabalho.

Esse mesmo aluno possui sua própria maneira de perceber seu processo de formação, que vai desde o conhecimento e valores a comportamento e hábitos. A família possui um importante papel nesse processo. Ela é uma importante disseminadora de acumulação de experiências sociais e interpessoais.

O mundo da casa se efetiva como um espaço educativo amplo, onde vão assimilando valores, onde vão construindo, paulatinamente, a subjetividade e recebendo informações múltiplas que contribuem para a visão que possuem da sociedade. Apresenta-se como mescla de conformismo às exigências sociais e como forma de resistência contra essa mesma sociedade (CHAUI, 1986, p. 54).

Outro item importante é o espaço em que o aluno trabalhador vive. Ele é composto pela rua, vizinhos, comércios etc. O que sempre acompanha esse aluno é a escolha de seguir o caminho do trabalho ou não. O trabalho assume um caráter educativo e moralizador. Participa da formação do indivíduo, é o seu sustento, representa a possibilidade de adquirir bens de consumo diários e imediatos.

Para esses alunos trabalhadores, o estudo/a escola não representa um espaço educativo, pedagógico e nem está relacionado ao conhecimento. Estuda-se para adquirir o diploma, para melhorar na profissão ou adquirir outra. Esse é um dos pensamentos do espaço escolar ser voltado somente ao profissional. O trabalho, nesse sentido, é a razão pela qual o aluno se evade da escola, e também retorna a ela. Os jovens trabalhadores, ao buscarem a escola, fazem uma articulação entre escola, profissão, melhoria em sua condição social, vendo uma forma de serem reconhecidos de maneira mais digna e justa.

As esperanças e a valorização na escola possuem razões que ultrapassam a ideologia: expressam o desejo de se libertarem de relações de trabalho arcaicas, do fardo insuportável das longas jornadas, da fadiga, do desgaste físico e psíquico, impostos pelo trabalho qualificado. Expressam, dessa forma, a negação do lugar social que lhes foi imposto, fazendo com que a volta à escola se insira num projeto mais amplo na busca da dignidade, como trabalhadores e como pessoas (CHAUI, 1986, p. 12).

Outro pensamento por parte dos alunos é o da escola ser voltada à formação. Não há conexão para eles a respeito da escola ser responsável pela formação e pelo profissional em conjunto. Como agente de formação, ela adquire o papel de principal propagadora de cultura e conhecimento distinto do seu universo de trabalho. De maneira simples e clara, os alunos trabalhadores buscam na escola um espaço para discussões, troca de experiências e impressões. Um local em que possam aprender, discutir e entender a sociedade em que vivem, por meio de sua lógica, regras e deveres.

Percebe-se que por meio das leituras, as escolas que ofertam a modalidade EJA, são poucas as práticas pedagógicas que se aproximam da questão do trabalho. A escolarização

recebe maior ênfase, mas essa aproximação com o mundo do trabalho é fundamental para a definição de políticas públicas eficazes para a EJA.

O Governo Federal em uma tentativa de articular a Educação de Jovens e Adultos, com o trabalho em caráter nacional, criou o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos). Uma política pública que relaciona escola e qualificação profissional. Desse modo é ofertado o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA.

Vale ressaltar que as políticas públicas voltadas ao aluno trabalhador já avançaram, mas ainda são insipientes se comparadas à enorme demanda existente. São jovens e adultos trabalhadores que veem a escola como um local que proporciona ascensão social, fonte de informações e troca de experiências. O Estado tem essa consciência e ainda assim trata essa parcela da sociedade e o ensino noturno como quesitos simples, sem contextualização e conhecimento.

3.3. A importância do ensino de Geografia na formação do cidadão

É por meio da ciência geográfica que há possibilidades de tratar de questões sociais econômicas, políticas entre outras no âmbito escolar, permitindo que haja discussão a respeito da realidade vivida pelos alunos.

É por essa Geografia que é possível conhecer o espaço local em que cada um está inserido, a fim de que essa ciência possa contribuir para a construção de uma identidade pessoal e comunitária mais rica. Por meio dela é possível agir na sociedade, ser engajado nela, expressar com clareza e segurança as opiniões. Ela permite a reflexão e a compreensão dos fatos naturais e antrópicos no espaço. É possível entender a realidade e buscar meios de melhorá-la. A Geografia é cidadã e assim, como outras ciências, é parte do processo educacional.

O ensino de Geografia é responsável por proporcionar ao educando a compreensão do espaço geográfico em sua forma concreta e também em suas contradições.

Essa compreensão de espaço geográfico deve ser construída ao longo da formação do ser humano, agregando a formação escolar. O ensino de geografia deve ter o seu foco no desenvolvimento da capacidade de compreender a realidade a partir de sua espacialidade.

A finalidade do ensino de geografia é proporcionar aos alunos a possibilidade de pensar nos fatos e acontecimentos sob vários olhares, ou seja, aprender a olhar de ângulos e maneiras diferentes, compreendendo várias explicações, na certeza de que o espaço geográfico engloba muito além do que aquilo que os olhos veem. Desse modo,

Diante da realidade que se observa e se vive cotidianamente; uma capacidade de análise da realidade, de fatos e fenômenos, em um contexto socioespacial (...) uma percepção de que há temas complexos que devem ser tratados como tais; uma compreensão de que os fenômenos, processos e a própria Geografia são históricos, uma convicção de que aprender sobre o espaço é relevante, na medida em que é uma dimensão importante da realidade (CAVALCANTI, 2006, p. 33).

A Geografia é a ciência que aborda as transformações do espaço, vindas da relação sociedade/ natureza e se apropria de elementos políticos, sociais, filosóficos e econômicos para explicar essa relação.

O ensino de Geografia deve preocupar-se com o espaço nas suas multidimensões. O espaço é tudo e todos: compreende todas as estruturas e formas de organização e interações. E, portanto, a compreensão da formação dos grupos sociais, a diversidade social e cultural, assim como a apropriação da natureza por parte dos homens (CASTROGIOVANNI, 2008, p. 14).

Valorizar a experiência de espaço trazida pelo aluno, junto à sua compreensão da realidade, seria ideal para redefinir a relação ensino-aprendizagem. Poderia existir a construção do real caminho do conhecimento em parceria professor-aluno. Mas, infelizmente não é essa realidade que ocorre. As escolas preferem excluir esse espaço real (aluno) do espaço geográfico que é ensinado. Ao fazer isso, o aluno deixa de ser sujeito do conhecimento e é transformado em objeto: aquele que somente ouve e reproduz o que ouviu.

Ao longo de todo esse processo de ensino – aprendizagem, o professor deve observar o contexto em que cada estudante está inserido, sua realidade e formas de aprendizado. Aprender não é um processo pronto e acabado, ele é lento e contínuo. Por isso, o educador precisa estimular a autonomia e a visão crítica do aluno, de forma simples e prática, fazendo com que ele aprenda a ser um cidadão atuante em seu trabalho e nos processos existentes a sua volta.

4. Metodologia da Pesquisa (Material e Métodos)

Para os objetivos e atividades propostos serão realizadas as seguintes etapas metodológicas:

A primeira etapa consiste de trabalho de gabinete, na qual a pesquisa se inicia com o levantamento do histórico da Educação de Jovens e Adultos em Ituiutaba- MG a partir de pesquisas na Superintendência Regional de Ensino – SRE (em busca de informações mais detalhadas) e via internet. Depois, será feito um resgate e análise da história da disciplina de Educação Ambiental como parte curricular da Educação de Jovens e adultos no Ensino Médio.

A legislação que versa sobre o a Educação Ambiental é a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Este será um dos pilares sobre os quais esta pesquisa se orientará. Portanto, além de

verifica se a lei está sendo atendida nas escolas em questão, voltar-se-á um olhar crítico para a própria legislação, confirmando à sua adequação à realidade das instituições de ensino.

A etapa subsequente refere-se a trabalhos de campo. A priori, será feita investigação do perfil socioeconômico dos alunos que cursam a EJA e a importância que estes atribuem à educação ambiental em seu cotidiano. Dentre os tópicos a serem abordados no questionário estão: situação socioeconômica envolvendo questões de saneamento, lazer, condições de trabalho, entre outros e como eles percebem suas ações frente ao ambiente em que habitam. Ainda para traçar o perfil destes alunos será feito um mapeamento de fluxos, em que será possível visualizar os principais bairros em que estes alunos habitam na cidade de Ituiutaba. Posteriormente será feito um levantamento, nos principais bairros, de ações ambientais estimuladas pela prefeitura, tal como a coleta seletiva. Estes dados serão de extrema importância para que o ensino se aproxime das condições de vida e hábitos destes alunos.

Após estas pesquisas continuar-se-á em trabalho de campo. Esta fase consistirá de trabalho conjunto com docentes da EJA responsáveis pela EA. Serão feitos estágios em sala de aula para identificar como a EA é trabalhada pelos professores. Após identificado os pontos fortes e fracos das metodologias encontradas em sala de aula e, considerando todos os estudos de gabinete realizados anteriormente, serão analisadas como essas aulas podem ser mais eficientes na inserção de práticas sustentáveis no dia-a-dia destas pessoas, considerando também seu papel como formadores de opinião nas suas comunidades.

Assim, uma nova etapa será iniciada com propostas metodológicas que auxiliem os educadores a trabalharem a EA voltada às necessidades de um público específico, os alunos da EJA. Para isso serão selecionadas as escolas e séries que mais carecem deste auxílio. Em seguida, serão ofertadas, com o apoio da universidade, oficinas e palestras para os professores repensarem como podem melhorar a construção do conhecimento ambiental juntamente com os discentes. O auxílio aos professores será feito desde a elaboração do plano de aula até a execução das atividades em sala de aula.

Por fim, será aplicado aos alunos que fizeram parte desta intervenção em sala de aula, um questionário para analisar se houve mudança em sua percepção sobre as questões referentes às suas atitudes e o meio em que vivem. Não obstante, será feita uma pesquisa com os professores sobre as oficinas e palestras ofertadas e se estas resultaram em melhores resultados em sala de aula.

Para conclusão da análise dos resultados e posterior discussão, todos os dados serão tabulados e colocados na forma de gráficos e/ou tabelas com o intuito de facilitar a leitura dos mesmos. Além de preparar o material para publicação em congressos e revistas afim de divulgar a importância da Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos.

5. Resultados e Discussão

É válido destacar que foi realizado apenas a primeira parte dos procedimentos metodológicos, o trabalho de gabinete, voltado a análise da legislação. Consequente, uma visita de campo em uma escola para diagnósticos e conversas informais com os alunos sobre Trabalho, Educação Ambiental e Geografia.

É notória a percepção do potencial dos alunos da EJA, para o debate geográfico. São estudantes esforçados que trabalham o dia todo, lidam com o forte cansaço físico e mental e ainda conseguem resgatar o ânimo ao final de um dia cheio para estudar. Mas ao chegar à escola, as expectativas são reduzidas, pois não há estímulo para concluírem os estudos.

A escola encontra-se despreparada para atender às exigências desses estudantes trabalhadores. O ensino noturno é frequentemente associado à facilidade de obter o diploma de conclusão. Ensina-se menos e também reprova-se menos. Sua função social de transmitir conhecimento de cunho social e histórico foi abarcada pelas exigências do sistema de apenas cumprir o papel de mantenedora da ordem na sociedade.

O espaço escolar precisa ser modificado de forma a atender às exigências dessa parcela da sociedade, com um ensino voltado às suas particularidades e que contextualize a realidade desse aluno com o trabalho, Já que para esse público, trabalho e escola são indispensáveis.

O ensino voltado aos jovens e adultos trabalhadores, apesar dos avanços alcançados, ainda não consegue contemplar as necessidades reais desse público. Seu espaço na educação brasileira é reduzido e tratado de maneira uniforme com os demais segmentos da educação.

O termo inclusão, no sistema educacional, está sendo muito compreendido. A Educação de Jovens e Adultos não pode ficar de fora. Seu público não foi atendido em suas demandas educacionais e profissionais. É um desafio da EJA trabalhar com um público diverso, com idades e experiências tão distintas no mesmo espaço. Não há uma metodologia específica. E aquelas que existem abordam o estudante de forma infantil e generalizada, como se todos possuíssem o mesmo contexto de vida. São os próprios alunos, que diante da maturidade e de

múltiplas experiências, e por serem integrantes desse sistema que poderão contribuir de maneira significativa, para a melhoria no sistema de ensino.

6. Referências

- BINZ, J.F. **O ensino supletivo no Rio Grande do Sul**: um estudo introdutório sobre os seus fundamentos e características. v.12, n.17, 1993, p.13-21
- BRASIL, LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 27/01/2017
- BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 26/01/2016
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dif_matizes.pdf. Acesso em 30/01/2017
- CARDOSO, M. F. T. Características sócio espaciais de uma clientela do ensino supletivo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 44, n 1, 1982, p. 163-175
- CASTROGIOVANNI, A.C; CALLAI, H. C; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, 174 p.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998, 192 p.
- CHAUÍ, M.S. **Conformismo e resistência da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CURY, A. Educação de Jovens e Adultos. **Uma história de complexidade e tensões**. Sampaio. Práxis Educacional. Disponível em:
<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/241/253>. Acesso em 20/01/2017
- FREITAS, C.M; PORTO, M.F. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Editora Fiocruz, 2010. 120p
- GENTILE, P. **Educação de Jovens e Adultos**. Revista Nova Escola, São Paulo, Ano XVIII, nº. 167, Nov, p.35, 2003.
- MOURA, T. M. M (Org). **Educação de Jovens e Adultos: Currículo, Trabalho Docente, Práticas de Alfabetização e Letramento**. Maceió: EDUFAL, 2008. 156 p.
- PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. Editora Loyola, 6ª edição